

CAPÍTULO 7

PAPEL DA UNIVERSIDADE NA PANDEMIA DA COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

SHIZIELE DE OLIVEIRA SHIMADA

ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA

JOELMA CARVALHO VILAR

INTRODUÇÃO

A pandemia da covid-19 acometeu os países do mundo inteiro, tendo reflexos em maior ou menor escala de acordo com os contextos vivenciados pela população e com a gerência dos governos e de seus diversos ministérios, em específico, o da saúde e o da economia. No Brasil, a situação imposta pela pandemia demonstrou que os problemas de políticas públicas, que já eram presentes nas diversas cidades, foram agravados, e essa situação tem sido discutida e demonstrada internacionalmente como um dos piores exemplos de governança durante a crise, como destaca Abrucio e Teixeira (2020) e Andion (2020); sendo preciso, urgentemente, promover ações governamentais de atuação nas áreas de saúde, economia, proteção social da população para evitar o caos sem precedentes na história brasileira. Nesse contexto, as instituições públicas e privadas possibilitaram ajudas financeiras e de equipamentos de proteção e hospitalares para conter o avanço dos casos da covid-19.

Diante do agravamento com o alto grau de contaminação nos países, o problema tornou-se de saúde pública. A Organização Mundial da Saúde (OMS) atua como agência especializada em saúde com seu papel de contribuir com orientações sobre a pandemia e com arrecadações de recursos financeiros para o enfrentamento da doença. Segundo sua constituição, a OMS objetiva desenvolver

ao máximo o nível de saúde de todos os povos. Saúde, nesse caso, deve ser entendida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente como a ausência de uma doença ou enfermidade. Mas, sobretudo, a OMS atua na coordenação dos esforços internacionais para controlar surtos de doenças, como a covid-19, patrocinando programas de prevenção e de tratamentos da doença. Assim, a agência apoia o desenvolvimento e a distribuição de vacinas seguras e eficazes, diagnósticos farmacêuticos e medicamentos, como por meio do Programa Ampliado de Imunização, com o auxílio da ciência.

Destaca-se a importância da Ciência para auxiliar nas discussões e na ampliação do debate e das constantes descobertas acerca dos efeitos da covid-19, atuando de maneira direta no enfrentamento da pandemia. Nesse sentido, o papel da Universidade é primordial na atuação da sociedade, difundindo o conhecimento científico e as descobertas laboratoriais que contribuem para as melhorias sociais e da saúde da população brasileira. Com isso, as ações realizadas pela Universidade são de extrema relevância para fortalecimento do seu papel social, consolidando o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, este capítulo propõe demonstrar o papel da Universidade no enfrentamento da pandemia de covid-19, a partir do relato de experiência da extensão universitária desenvolvida em comunidades vulneráveis do município de Aracaju, Sergipe, Brasil. Para tanto, parte-se do debate sobre a pandemia da covid-19 e a dinâmica redesenhada da/na extensão universitária, expondo o histórico da doença do novo coronavírus e sua presença em escala nacional e mundial, com destaque para a atuação dos gestores públicos na emissão de decretos e portarias para regulamentar as ações governamentais na sociedade, além de especificar o papel da instituição universitária diante da realidade pandêmica. Em seguida, aborda-se a discussão do tripé – Ensino, Pesquisa e Extensão – das Universidades, desde meados do século XX, evidenciando a importância da extensão universitária com caráter dialógico

e de transformação social de todos os envolvidos, que garante a interação teoria-prática e o fortalecimento da Universidade na sua função social. Nesse sentido, demonstra-se especificamente o exemplo da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no enfrentamento à pandemia da covid-19.

Na terceira seção, dialoga-se sobre o relato de experiência realizado a partir da atividade de extensão intitulada “Enfrentamento da covid-19 nas comunidades: a vida é o que importa”, que teve a participação de 46 pessoas, entre professores, alunos, técnicos e participantes externos à instituição, das diferentes áreas de atuação, sendo elas: ciências humanas, ciências sociais e aplicadas, ciências da saúde, ciências exatas e tecnológicas. Participou desta extensão universitária um grupo externo de 85 famílias que vivem em comunidades vulneráveis dos bairros aracajuanos. A partir dessa abordagem, foi possível vivenciar o envolvimento e a integração da comunidade nas diversas ações realizadas no enfrentamento à pandemia de covid-19 no período de desenvolvimento da atividade. Para as considerações finais, atentamos para a importância das extensões universitárias com abordagens de aspectos freirianos – mesmo com as dificuldades existentes na sua realização – que conseguem mostrar resultados de humanização e transformação social de todos os sujeitos envolvidos.

1 O REDESENHO DA/NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Em dezembro de 2019, a mídia global repercutiu as primeiras notícias acerca de uma doença que se manifestava como uma forma de pneumonia desconhecida. A origem da informação era a longínqua e pujante cidade de Wuhan, na China. Enquanto o mundo ocidental realizava os preparativos para a celebração do novo ano (2020) que chegava, em Wuhan surgiam notícias da identificação de um novo vírus, que passou a ser denominado como Sars-Cov-2 ou novo coronavírus, que provoca a doença covid-19.

A irradiação da doença entre a população de Wuhan foi muito célere. De alguns casos, logo se passou a dezenas, centenas e milhares de infectados. Este evento exigiu dos profissionais da área de saúde um importante esforço no acolhimento e no tratamento dos enfermos. Nesse contexto, as autoridades foram desafiadas a construir protocolos sanitários para evitar o processo devastador de contaminação viral, e os cientistas iniciaram uma corrida para encontrar os medicamentos eficazes para o tratamento da covid-19.

A perplexidade e o paradoxo tomaram conta do mundo. O Estado chinês, através de suas autoridades governamentais, adotou medidas compulsórias de isolamento social, quarentena, paralisação dos setores produtivos, suspensão do funcionamento de estabelecimentos educacionais e de aulas presenciais, fechamento das fronteiras internacionais e entre unidades geográficas internas (estados, municípios e localidades), monitoramento da população, etc. Este conjunto de medidas são conhecidas como *lockdown*.

As descobertas científicas acompanharam o vírus desde o período de incubação até o início da propagação entre os seres humanos. Constatou-se que o vírus causador da covid-19 é muito letal e de fácil contágio, bem como a inexistência de qualquer medicamento ou vacina para seu tratamento, o que modificou as relações interpessoais e instituiu mais uma ameaça permanente à vida. O vírus, um organismo microscópico, desafiou a geopolítica mundial e os instrumentos da globalização multidimensional, como o fluxo e as redes, o movimento e a circulação, a velocidade e a vertigem na compressão espaço-tempo.

Instituiu-se uma verdadeira guerra de escalas, na qual o local atua como unidade geográfica de proteção, a fim de conter o processo de territorialização global do vírus. Os países fecharam suas fronteiras e, no plano das relações internacionais, falava-se de cooperação global de países e de empresas para enfrentar o “inimigo invisível”. Diante de um contexto jamais visto na modernidade, as corporações transnacionais da informação e da comunicação desencadearam a espetacularização da realidade, veiculando

notícias como: cidades milionárias vazias, eficiência chinesa na construção de hospitais em tempo recorde, colapsos dos sistemas funerários, etc.

Em poucos dias foram notificados os primeiros casos de covid-19 fora da China. A disseminação da doença assumiu proporções incontroláveis e o número crescente de mortes desolador. Em 11 de março de 2020, já havia registros de 118 mil infecções e 4.291 pessoas mortas, em 114 países e, diante disso, a OMS notificou o mundo acerca do estado de pandemia por Sars-Cov-2. Entende-se por pandemia uma doença que se irradia por determinado número de países e continentes, cujo enfrentamento impõe a necessidade da convergência de esforços articuladores das escalas mundo-nacional-local. Seguindo orientações da OMS, os Estados-Nacionais atualizaram seu poder impondo à população e aos setores produtivos protocolos sanitários. Desde então, o epicentro da covid-19 deslocou-se da China para a Europa Ocidental e para os Estados Unidos e outros países da América, incluindo o Brasil. De acordo com os dados do Ministério da Saúde, no período de 27 de março de 2020 a 23 de janeiro de 2021, a população brasileira chegou a acumular um quantitativo de 216.445 mil vidas perdidas por covid-19¹.

Com a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, realizada pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, notabilizou-se que estava acontecendo no âmbito internacional uma infecção humana pelo novo coronavírus, que levou o Ministro de Estado da Saúde no Brasil a publicar a Portaria nº 188 de 03 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020a), declarando Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). A situação reclamava o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, demandando a criação do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE), para coordenar ações no âmbito nacional (BRASIL, 2020a).

1 Coronavírus Brasil (saude.gov.br). Acesso em: 24 jan. 2021

Diante da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, o governo federal brasileiro decretou a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispondo de medidas para enfrentamento ao novo coronavírus, além de constar no seu Artigo 7º que o “Ministério da Saúde editará os atos necessários à regulamentação e operacionalização do disposto nesta Lei” (BRASIL, 2020b). O Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020, para regulamentar e operacionalizar a Lei nº 13.979/2020, adotando as medidas de isolamento com “objetivo de separação de pessoas sintomáticas ou assintomáticas, em investigação clínica e laboratorial, de maneira a evitar a propagação da infecção e transmissão local”, e as medidas de quarentena “com objetivo garantir a manutenção dos serviços de saúde em local certo e determinado”, de acordo com as recomendações dos agentes de vigilância epidemiológica dos governos federal, estadual e municipal (BRASIL, 2020c).

No dia 20 de março de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 454/2020 (BRASIL, 2020d) que declarou, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19) e para contenção da transmissibilidade adotou novas medidas para isolamento domiciliar. As leis, decretos e portarias foram sendo elaboradas, aprovadas e entrando em vigor, no âmbito das esferas federais, estaduais e municipais, à medida que os dados acerca da saúde dos pacientes tornavam-se públicos e atualizados sobre os casos confirmados, suspeitos e em investigação relativos à situação de emergência pública sanitária. Dessa maneira, toda a sociedade foi impactada com a nova realidade, gerando mudanças e adequações nos espaços físicos e nas pessoas, ao mesmo tempo em que aconteciam divergências de opiniões sobre as medidas adotadas pelos estados e municípios brasileiros.

Nesse contexto, para conter o avanço do surto do vírus, todas as atividades presenciais das instituições de ensino foram paralisadas, medida que atingiu também as instituições de ensino superior. Como a educação universitária realiza suas atividades

no tripé do ensino-pesquisa-extensão, houve uma adequação das atividades sociais de extensão e pesquisa a fim de seguir as medidas estabelecidas pela OMS para poderem contribuir de maneira geral e, principalmente, com as comunidades vulneráveis que estão mais reféns dos serviços básicos de garantia da qualidade de vida.

A extensão universitária e as políticas públicas estão localizadas, predominantemente, no âmbito da interação entre Estado, Universidade e Sociedade, pois a Reforma Universitária de 1968 (BRASIL, 1968) propôs um modelo de universidade pautado pelo ensino e pesquisa, voltado à produção do conhecimento. Para além dos conteúdos disciplinares, a extensão possibilita trajetória de formação complementar, mediante diversos projetos e programas de extensão nas universidades públicas. Assim, a Lei 5.540/68 (BRASIL, 1968) fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior brasileiro, referindo-se de forma secundária e superficial à extensão, perpetuadas as duas concepções historicamente situadas (cursos livres e prestação de serviços), e determinou que as instituições de ensino estendessem à comunidade suas atividades de ensino e os resultados de pesquisa (NOGUEIRA, 2005).

Gadotti (2017) destaca que a partir do final dos anos de 1970 houve uma nova maneira de pensar extensão universitária baseada na perspectiva da Educação popular, através do ressurgimento de vários movimentos populares e organizações não governamentais que viabilizavam na relação com a Universidade a articulação entre o saber acadêmico e o saber popular. Nessa dimensão, constrói-se uma reflexão acerca da extensão enquanto comunicação de saberes; como uma visão não assistencialista, numa proposta que se fundamenta na teoria do conhecimento freiriano, o qual compreende o aprendizado com base no pensamento que considera todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo (GADOTTI, 2017).

Esse modelo extensionista visa uma atuação cultural, enraizada na realidade, a qual deve influenciar o ensino e a pesquisa enquanto anseios da sociedade, numa troca de saberes e de co-

nhcimentos (SANTOS JÚNIOR, 2013). Nessa direção, observa-se uma relevância em colocar o processo extensionista como aspecto central das ações discentes e docentes no tripé (ensino-pesquisa-extensão), tendo em vista que tais atividades acadêmicas são capazes de tornar as universidades molas propulsoras em prol da sociedade. As reflexões acerca das atividades extensionistas nas universidades públicas têm se qualificado desde a segunda metade do século XX.

Destarte, com a pandemia da covid-19, mudanças drásticas ocorreram na sociedade e as atividades de extensão nas universidades públicas tiveram um maior enfoque de atuação no que se refere ao auxílio técnico, científico e/ou social nas comunidades atingidas pela doença. Atualmente, a ação extensionista se qualifica mediante as mais variadas formas de atuação coletiva dos discentes e docentes da comunidade universitária que encontra nos desafios pandêmicos a necessidade de atender as exigências da OMS.

2 O TRIPÉ NAS UNIVERSIDADES: ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO E AS AÇÕES NA PANDEMIA DA COVID-19

A extensão universitária, desde os anos de 1960/70, foi discutida no âmbito de estudiosos para que o objetivo não ficasse restrito à ideia de assistencialismo ou de atividades práticas sem a participação dos sujeitos. Freire (1983) destacou que é problemática e equivocada a visão de extensão pensada em termos de processo comunicativo unidirecional, no qual existe a função unívoca de transmissão e recepção. Nesse processo se estabelece a frágil interpretação de que a universidade é a produtora de conhecimento e tem muito que ensinar, e as comunidades são apenas receptoras e que, portanto, tem muito que aprender.

Ao fazer uma análise semântica e do “campo associativo” da palavra extensão, Freire afirma que o termo extensão “se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanismo, invasão cultural, manipulação, etc.” (FREIRE,

1983, p. 13). E continua: “E todos esses termos envolvem ações que, transformando o homem em quase ‘coisa’, o negam como ser de transformação do mundo” (FREIRE, 1983, p. 13).

A extensão, assim entendida, despreza o diálogo e os saberes locais, transplanta uma forma de pensar muitas vezes não condizente com a realidade social. Representa, portanto, uma invasão à cultura local e estabelece uma relação educativa hierárquica e antidialógica (FREIRE, 1987). Segundo Freire (1983, 1987), uma ação educativa nesses moldes leva à coisificação do ser humano, negando a possibilidade do ser como transformador do mundo e como formador de novos conhecimentos.

Os movimentos extensionistas dos anos de 1980 levaram a posicionamentos críticos de fortalecimento da extensão na atuação da sociedade e na formação dos estudantes das instituições de ensino superior brasileiras.

No seio da luta pela redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais, foi reelaborada a concepção de Universidade Pública, redefinidas as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão e questionada a visão assistencialista das ações extensionistas. A partir de então, a Extensão Universitária passou a ser percebida como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais. Embora ainda restrita à dimensão processual, a busca da institucionalização da Extensão tornou-se o principal desafio. O entendimento era de que essa institucionalização deveria envolver toda a Universidade Pública (FORPROEX, 2012, p. 14).

Em novembro de 1987, houve a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) que foi fundamental desde seu início porque “[...] tem buscado redefinir as políticas e as práticas institucionais dirigidas para a Extensão, tanto no âmbito das Instituições Públicas de Educação Superior, do Ministério da

Educação e dos demais ministérios, quanto nas agências governamentais” (DEUS, 2020, p. 13). Destaca-se a atuação do FORPROEX em 1999, com a elaboração do Plano Nacional de Extensão Universitária, e em 2012, com a construção do documento intitulado *Política Nacional de Extensão Universitária* que aborda os conceitos relacionados à prática extensionista, além de analisar o processo histórico e propor estratégias para a consolidação da Extensão Universitária. Como destaca o FORPROEX (2012, p. 7), o documento da *Política Nacional de Extensão Universitária* tem o compromisso das Universidades de materializar a transformação da Universidade Pública, “de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia”. Desse modo, a Extensão Universitária denota

[...] uma postura da Universidade na sociedade em que se insere. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage. Extensão Universitária denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social (FORPROEX, 2012, p. 28).

Ao longo das décadas, as alterações nos documentos sobre Extensão universitária tiveram o intuito de fortalecer a extensão com as características do processo interdisciplinar, dialógico e de transformação social na indissociabilidade do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão nas Universidades. Neste tripé, a extensão universitária consolida-se como meio estratégico de demonstrar as ações realizadas na universidade para a sociedade, nos seus diferentes espaços institucionais e comunitários.

Nessa troca de experiências, temos o diálogo de saberes entre os sujeitos envolvidos nas atividades extensivas, sendo o aprendizado do graduando essencial à formação profissional porque insere a capacidade de experimentar desafios nos mais diferentes aspectos da dinâmica socioespacial nas diferentes escalas, do local ao mundial. Para isso, as ações extensionistas fundamentam-se na teoria de Comunicação Educadora Freiriana (FREIRE, 1983, 1987, 2002), que orienta a elaboração de uma viável e produtiva ação social entre a universidade e as comunidades externas sob o broquel do processo de humanização, superando assim uma esquálida, opaca e meramente instrumental visão de extensão universitária. Esquálida, pois não tem a robustez oriunda da genuína práxis que se retroalimenta na dialética entre saberes e práticas comunitárias e acadêmicas. Opaca, pois não consegue gerar uma visão integral e sob diferentes perspectivas da totalidade, forjando assim uma ingênua e perversa interpretação do real, já que a partir da leitura de um fragmento supõe o conhecimento da totalidade. Instrumental, pois, ao preconizar a supremacia dos métodos, técnicas e instrumentos de extensão, subordina os aspectos políticos e ideológicos inerentes à presença dos seres humanos em sua relação com os outros e com o mundo.

O pensamento Freiriano reflete sobre essas dimensões e, ao questionar a visão reducionista de extensão presente na sociedade, propõe uma perspectiva mais ampliada de ação extensionista que, ao se basear na Comunicação Educadora e por conseguinte dialógica, modifique os cenários, os sujeitos e o próprio conhecimento (FREIRE, 1983).

Desse modo, verifica-se as transformações sociais que acontecem nas interações dos sujeitos participantes das extensões e que podem se multiplicar nos espaços de vivência de cada um desses sujeitos. Como Deus (2020) destaca,

O impacto que esse tipo de intervenção extensionista tem na vida de qualquer grupo ou comunidade é algo que não

pode ser mensurado com números, dados e estimativas. A mudança que esta relação provoca no estudante também não se mede com números absolutos, mas com aprendizado relatado em depoimentos. O fato de a comunidade universitária — através das suas diversas ações de Extensão — dialogar com sua comunidade externa (além muros) e conseguir corresponder com ações práticas e concretas denota o quão importante é esse diálogo, capaz de provocar transformações nos estudantes, na universidade e nas comunidades (DEUS, 2020, p. 37).

No cenário atual da pandemia da covid-19, a efetivação das políticas públicas poderia minimizar muitas das realidades vividas na sociedade, principalmente nas comunidades com maior vulnerabilidade ao novo coronavírus, que são as que carecem de saneamento básico e de condições de higiene. Para enfrentar esses desafios e a rápida disseminação do vírus, tivemos muitos movimentos sociais, ONGs, instituições públicas e privadas que uniram esforços conjuntos. Entre estes, destacam-se as Universidades brasileiras e mundiais que demonstraram o seu papel na sociedade através da realização de pesquisas, estudos que colaboraram nas ações científicas e de saúde da população, como construção de respiradores, produção de materiais químicos para auxiliar na higiene e na desinfecção de ambientes e materiais, etc. Além do fortalecimento das extensões universitárias, que mesmo precisando se adequar às normas de segurança sanitária preconizadas pela OMS e com maior exigência e adaptações no planejamento das ações extensivas, conseguiram realizar muitas atividades para a comunidade interna e externa às instituições.

Em Sergipe, neste período marcado pela pandemia da covid-19, a atuação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) na sociedade tem sido feita com o trabalho coletivo de professores, técnicos e alunos. A UFS foi uma das primeiras instituições do estado de Sergipe a definir ações prioritárias, antecipando-se na formulação

de estratégias de enfrentamento à covid-19, a partir da instalação do Comitê de Prevenção e Redução de Riscos frente à infecção pelo Coronavírus, em 12 de março de 2020, por meio da Portaria nº 221/2020/GR, que formulou ações decisivas para a adoção de uma série de medidas de ordem acadêmica e administrativa, além de se constituir como centro de definição de projetos e ações em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Estado de Sergipe (MP-SE), com os governos do Estado e municipais, por meio das secretarias de Saúde (ANTONIOELLI, 2020). Destaca-se o Projeto EpiSergipe que é uma parceria firmada entre a UFS e o Governo do Estado de Sergipe, com investimento de R\$4.160.000,00, visando acompanhar o grau de contaminação e os impactos do novo coronavírus em Sergipe. Este projeto está subdividido em três vertentes, tendo duração de um ano, e consiste em monitorar o nível de infecção por covid-19, identificando-se a prevalência em quinze municípios sergipanos; estimar os impactos socioeconômicos da pandemia no Estado e acompanhar os impactos sociais sobre populações vulneráveis, sendo estas: população carcerária masculina e feminina, população de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, população de rua e população de idosos vivendo em Instituições de Longa Permanência (ILP) (UFS, 2020).

Nesse ínterim, o papel da Universidade pública e da Extensão podem ser primordiais para atuar na sociedade de maneira direta, prestando serviços de qualidade à população. Aspectos que já eram formalizados no FORPROEX (2012):

A transformação da Extensão Universitária em um instrumento efetivo de mudança da Universidade e da sociedade, em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, caminha *pari passu* com o enfrentamento desses desafios e a busca das novas oportunidades que se descortinam no contexto internacional e na realidade brasileira. Desafios a serem confrontados e oportunidades a serem aproveitadas

por meio de políticas públicas. A efetividade destas, por sua vez, depende fortemente do que a Universidade Pública, em geral, e a Extensão Universitária, em especial, podem oferecer aos governos e à sociedade (FORPROEX, 2012, p. 18).

Portanto, a realização da extensão universitária pela educação dialógica permite conhecer e compreender a realidade complexa, dinâmica e relacional com o renascimento de um novo e autêntico conhecimento tanto para a universidade quanto para as comunidades. É muito mais do que uma troca ou intercâmbio de saberes e experiências, é uma produção de algo novo, de novas sínteses, a partir da ação-reflexão dos sujeitos envolvidos no processo de comunicação educativa. Realidade vivenciada a partir da atividade de extensão universitária sobre a qual discorreremos a seguir.

3 A VIVÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS

A ação de extensão universitária intitulada “Enfrentamento da COVID-19 nas comunidades: a vida é o que importa” foi realizada durante os meses de junho a agosto de 2020, período de emergência de saúde pública pela covid-19. A proposta originou-se a partir do coletivo “Educação e Espiritualidade” formado por professores da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que realizam eventos e atividades de extensão de caráter pedagógico, artístico e científico relacionados à Educação e Espiritualidade.

Para isso, foi estabelecida parceria com a Associação Lívio Pereira que realiza atividades com famílias das comunidades dos bairros Santa Maria e 17 de Março, além das comunidades do Siqueira Campos (Vila da Miséria, Vila Augusto Cesar, Vila da Rua Acre) e Getúlio Vargas (Comunidade da Cruz Vermelha), previamente inscritas no cadastro da Associação. Essas comunidades estão entre os bolsões de pobreza do município de Aracaju/SE, concentrando o maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade,

menor renda per capita, com índices elevados de pobreza e baixos indicadores educacionais.

As teorias educacionais que fundamentam o projeto educativo da Associação Lívio Pereira são respaldadas nas teorias educacionais de autores humanistas, como Comenius e Rousseau, que expressam em suas bases teóricas a ideia da Educação integral e nela o conceito de espiritualidade como elemento integrante das múltiplas dimensões que constituem o ser humano. Em Comenius (2014), encontram-se as bases para elaboração de um “Saber Integral” que articula as diferentes áreas das disciplinas. Ele inaugura a ideia de Educação Integral que corresponde às diferentes dimensões do Ser Humano (biológica, emocional, intelectual e espiritual) e anuncia a possibilidade de democratização dos saberes para todos, afinal todos fazem e têm direito à educação (COMENIUS, 2014). Em Rousseau (1985), com sua concepção livre e natural relativa ao ser humano, compreende-se a criança como ser de bondade natural que deve ser preservada, um ser livre que educado pode ser conduzido à formação moral. Por isso, a educação tem o objetivo fundamental de cultivar o ser livre e educado e desenvolver na criança sua potencialidade de torna-se integralmente feliz. Os ideais de Comenius (2014) e de Rousseau (1985) inspiram as práticas educacionais da Associação Lívio Pereira, caracterizada pela não repressão, pela confiança na criança, no respeito à especificidade da infância e da juventude, no amor e no diálogo entre os sujeitos educativos.

A presença da UFS, a partir desta ação de extensão universitária, fortalece a vivência e a interação com as comunidades através da comunicação educadora de abordagem freiriana (FREIRE, 1983, 1987, 2002). A metodologia aplicada na ação extensionista apoiou-se na perspectiva de transformação social por meio de processos educativos e culturais matizados pela arte, através da musicalidade, dos cantos e expressão corporal, possibilitando o diálogo e o estreitamento de uma relação de confiança, assim como de solidariedade frente à crise pandêmica existente.

Os participantes da extensão universitária (docentes, dis-

centes e técnicos da instituição, além de participantes externos) realizaram diversas atividades integrativas para confecção de material informativo, máscaras de tecido, além da elaboração de uma campanha solidária com intuito de arrecadar alimentos não perecíveis e itens de higiene e limpeza, atendendo 85 famílias das comunidades em situação de vulnerabilidade social, tendo enfoque nas crianças/filhos e mulheres/mães chefes de família assistidas. O objetivo foi contribuir para o diálogo com essas famílias sobre os cuidados com a vida para enfrentar o período de pandemia da covid-19, além de entregar máscaras de tecido, pôster informativo sobre cuidados no uso das máscaras, e cestas básicas com itens de alimento, higiene e limpeza.

O desafio foi pensar, sentir e fazer uma adequada metodologia de atuação comunitária que valorizasse cada família envolvida na ação e que não desmerecesse a condição humana de cada pessoa envolvida. A entrega da cesta básica, do material de higiene e de cuidados pessoais, assim como dos materiais informativos e instrucionais, não poderia significar para elas uma doação de caráter assistencialista. De modo contrário, essa ação deveria representar a presença da UFS integrada às comunidades, reafirmando que estávamos juntos com as famílias para superar os desafios evidentes e que elas não estavam só em um momento tão difícil da nossa história enquanto sociedade.

Dessa maneira, houve a organização de grupos para confecção de pôster e das máscaras, além da campanha de alimentos, que precisou organizar momentos para embalar as cestas básicas, demonstrando que a extensão universitária precisa ter essa interação entre os participantes extensionistas e a inserção de outras pessoas que somam esforços para a concretização da atividade (Figuras 1 e 2). Exemplo foi com relação às máscaras de tecido, pois poucas integrantes da extensão tinham prática com a costura, tendo a participação de costureiras (voluntárias da Associação) que disponibilizaram seu tempo para confecção das máscaras.

Figura 1 – Máscaras de tecido.



Fonte: Fotografia das autoras (2020).

Figura 2 – Pacotes das máscaras e fôlder.



Fonte: Fotografia das autoras (2020).

As máscaras de tecido ou descartáveis e o álcool líquido 70%, ou em gel, são itens essenciais no combate ao contágio do novo coronavírus. Por isso, houve uma solicitação de álcool líquido 70% ao setor da Instituição UFS, que esteve à frente da produção de álcool para doações às diversas instituições sergipanas. Dessa maneira,

conseguimos 255 frascos de 100ml de álcool que foram entregues junto ao kit de limpeza e higiene (Figura 3).

Figura 3 – Álcool líquido entregue às famílias.



Fonte: Fotografias das autoras (2020).

Com a campanha de alimentos, de produtos de limpeza e de higiene montamos 255 cestas básicas e kits de limpeza, que foram entregues em 3 momentos às 85 famílias cadastradas (Figura 4).

Figura 4 – Organização dos alimentos e kits de higiene e limpeza.





Fonte: Fotografias das autoras (2020).

Durante os meses referentes à ação extensiva, realizamos as três entregas dos materiais arrecadados a às famílias cadastradas na Associação, moradoras das comunidades vulneráveis do município de Aracaju/SE. Esse entrelaçamento, dentro dos princípios de solidariedade e reciprocidade humana, ficou bem evidenciado quando, nos breves momentos de diálogos ao pé das portas das casas, seguindo as exigências de distanciamento e os procedimentos de biossegurança da OMS, entabulávamos breves conversas sobre condições de recebimento de benefícios assistenciais por parte do Estado e as reais situações vividas no âmbito da saúde mental, emocional e física dos membros das famílias.

No âmbito dos aspectos lúdicos e culturais, a entrega dos materiais no mês de junho/2020 seguiu todos os cuidados preconizados pela OMS e foi embalada por músicas e cantigas de roda no clima das festas juninas, comemoração típica da região nordeste do Brasil (Figura 5).

Figura 5 – Entrega dos materiais ao som de música – Bairro Santa Maria.



Fonte: Fotografias das autoras (2020).

A entrega desses materiais foi realizada a domicílio, nas casas das famílias cadastradas das comunidades dos Bairros Santa Maria e 17 de Março, e no prédio da Associação para as famílias das comunidades próximas ao bairro Siqueira Campos (Figuras 6 e 7). Nestes momentos com as famílias, tivemos sempre o diálogo sobre as realidades vividas por cada um e suas experiências diante desse momento de pandemia, seja no cuidado com a higiene, a saúde mental e os aspectos educativos. O diálogo é, por excelência, o princípio metodológico que democratiza toda e qualquer experiência educativa, pois se fundamenta no pressuposto de que todo ser humano tem saberes e é produtor de cultura e dos seus próprios processos formativos. É nessa perspectiva se constitui a ação “Enfrentamento da COVID-19 nas comunidades: a vida é o que importa”, que teve a marca e o sentido dialógico da comunicação educadora. Nas palavras de Freire (1987, p. 28), “O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando, o humanizam para a humanização de todos”.

Figura 6 – Entrega de materiais no Bairro 17 de Março.



Fonte: Fotografias das autoras (2020).

Figura 7 – Entrega de materiais no prédio da Associação.

Fonte: Fotografia das autoras (2020).

Destaca-se, nesses diálogos com as mães, o interesse pela situação das crianças e a vivência pessoal frente à pandemia. Foi esse segmento dos sujeitos educativos que levou a repensar as formas e os procedimentos metodológicos de visita aos grupos familiares e introduzir elementos artísticos e lúdicos em nossa maneira de abordar e dialogar com as famílias. Esse foi um aprendizado que a equipe extensiva teve na relação com a experiência educacional dos membros da Associação Lívio Pereira, que tem uma proposta educacional para a infância e a juventude de cunho inovador, pautada nos princípios de solidariedade humana, liberdade de expressão, vivência coletiva e democrática.

Durante toda a atividade extensionista, houve integração e envolvimento dentro das realizações dos grupos de atividades internos e nas comunidades, observando a reciprocidade entre todos os sujeitos que participaram da experiência educativa dessa ação de Extensão. As pessoas das comunidades aprenderam conosco conceitos, ideias e procedimentos de higiene e de cuidados pessoais frente à covid-19, como também refletiram sobre aspectos instrucionais de direitos assistenciais e sociais, entre outros temas, nos fecundos diálogos realizados à luz dos saberes científicos e jurídicos concernentes às experiências e aos saberes acadêmicos

da UFS. Nós aprendemos com as famílias formas inéditas de organização da rotina familiar e de reaproveitamento dos insumos caseiros, tudo devido à necessidade de reajustar a realidade frente aos desafios financeiros e relacionais que a pandemia impôs aos grupos familiares das comunidades. Com a Associação Lívio Pereira aprendemos sobre a solidariedade e sobre a vivência educacional e cultural, através dos tons da arte, em práticas pedagógicas centradas nos fundamentos da Educação Integral.

Realizar uma ação de extensão em tempo pandêmico requer, de maneira superlativa ao habitual, mais capacidade de diálogo, mais entendimento das múltiplas facetas que envolvem o campo e o objeto de intervenção e mais criatividade para superar os desafios postos pela realidade. Esta ação de extensão superou uma ação de viés assistencialista, através dos processos comunicativos fundamentais vivenciados e envolveu o diálogo com a vida das pessoas em suas comunidades, valorizando, assim, a Ciência e a Educação, em tempos nos quais essas instâncias estão relegadas a segundo plano no país.

Por isso, foi muito importante essa integração entre a Associação e a UFS para que o objetivo da atividade de extensão fosse alcançado, tendo condições de assistir essas famílias durante o período da pandemia de covid-19. A ação “Enfrentamento da COVID-19 nas comunidades: a vida é o que importa” contribuiu para a formação dos alunos e profissionais da UFS. A extensão desde uma perspectiva comunicativa possibilitou o diálogo com os saberes e as práticas sociais das comunidades, a criação de sentidos sobre as possibilidades que a educação tem na vida das pessoas e a produção e a consolidação de conhecimentos válidos, contextualizados e necessários para a vida em comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Projetos Extensionistas, nas Universidades Públicas, têm contribuído para a promoção da participação estudantil com inter-

venção das comunidades periféricas e dos movimentos populares em organização de ações, que auxiliem no processo de enfrentamento do aumento da pobreza e da miséria, desde a eclosão dos casos de contaminação da covid-19 em nosso país.

A Extensão Universitária tem sido uma das áreas de organização social em auxílio às populações que vivem nas periferias e foram acometidas com maior violência pela pandemia da covid-19, sendo uma ação de esperança para as conflituosas situações sociais, emocionais e econômicas vivenciadas pelas famílias em tempos de pandemia, através da ação comunicativa com base na educação e na cultura popular. Ademais, a ação de extensão promoveu a articulação entre a Universidade Federal de Sergipe, a Associação Lívio Pereira e as comunidades da periferia de Aracaju/SE, contribuindo sobremaneira para ampliação de conhecimento dos sujeitos sociais envolvidos e para o fortalecimento de vínculos interinstitucionais.

Com efeito, mesmo com todos os esforços dos sujeitos da comunidade universitária através das práticas de pesquisa e extensão no combate à covid-19, as perspectivas têm sido construídas com bastante dificuldade em se tratando da ampliação das ações de auxílio alimentação, questões sanitárias etc. para valorizar e apoiar as populações mais atingidas que sobrevivem em territórios vulnerabilizados nesses difíceis tempos de pandemia.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; TEIXEIRA, M. A. C. *Formação para uma boa administração pública faz diferença*. Reprodução da Folha de São Paulo. 2020. Disponível em: <https://ippur.ufrj.br/formacao-para-uma-bo-administracao-publica-faz-diferenca/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

ANDION, C. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da COVID-19 no Brasil. *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, jul.-ago. 2020, p. 936-951. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81891>. Acesso em 24 fev. 2021.

ANTONIOELLI, A. R. *Reitoria informa sobre ações na pandemia de Covid-19*.

Publicado em 07 mai. 2020 pelo Portal UFS. 2020. Disponível em: <http://coronavirus.ufs.br/conteudo/65255-reitoria-informa-sobre-acoes-na-pandemia-de-covid-19>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. *Lei 5.540/68, de 28 de novembro de 1968 (1968)*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 9 nov. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. *Diário Oficial da União*: edição: 27, seção: 1, p. 1, 7 fev. 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020a. *Diário Oficial da União*: edição: 24-A, seção: 1 – extra, p. 1, 3 fev. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020. 2020c. *Diário Oficial da União*: edição: 49, seção: 1, p. 185, 11 mar. 2020c. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346?_ga=2.259071245.665225498.1611435767-649284926.1585834166. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. Portaria nº 454, de 20 de março de 2020. *Diário Oficial da União*: edição: 55-F, seção: 1 – extra, p. 20 mar. 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>. Acesso em: 21 jan. 2021.

COMENIUS, J. A. *Pampedia - Educação Universal*. Trad. Costa J. F. São Paulo: Comenius, 2014.

DEUS, S. de. *Extensão universitária: trajetórias e desafios*. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/re-nex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf. Acesso em: 24 jan. 2021.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus/AM, UFSC, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. *Comunicação ou extensão?* 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. *Extensão universitária: para quê?*. 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

NOGUEIRA, M. D. P. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio, o de la educación*. Trad. Prado, L. A. Madrid: Editorial EDAF, S. A., 1985.

SANTOS JÚNIOR, A. L. *A extensão Universitária e os entre laços de saberes*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

UFS e estado firmam parceria em projeto de acompanhamento da contaminação e impactos da pandemia em Sergipe. Publicado em 25 mai. 2020 pelo Portal UFS. 2020. Disponível em: <http://www.ufs.br/conteudo/65329>. Acesso em: 20 jan. 2021.

